O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: APONTAMENTOS SOBRE OS ASSISTENTES SOCIAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Carina Berta Moljo[1], Jussara Vieira Mota[2] e Zingla Assunção Pereira[3]

Programa de Pós Graduação em Serviço Social- Mestrado em Serviço Social, UFJF, Brasil. E-mail: carinamoljo@uol.com.br
Programa de Graduação em Serviço Social, UFJF, Brasil. E-mail: jussaramota_jf@yahoo.com.br
Programa de Graduação em Serviço Social, UFJF, Brasil. E-mail: zinglaapereira@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho surge das indagações colocadas pela realidade concreta, em específico o exercício profissional do assistente social na sua inserção no âmbito da política de assistência social no município de Juiz de Fora. Com objetivo de analisar o cotidiano do Assistente Social alguns Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, a metodologia utilizada foi à apreensão de estudos teóricos e pesquisa de campo através de observações. Percebemos que há determinantes concretos e subjetivos que impõe limites estruturais e conjunturais ao projeto profissional.

Palavras-chave: Exercício Profissional; CRAS; Cotidiano; Projeto Profissional.

Abstract: This work arises from questions posed by reality, in particular the professional practice of social worker in participating in the social assistance policy in Juiz de Fora city. In order to analyze the everyday social worker some Social Assistance Reference Centres (CRAS) in the city, the methodology used was the seizure of theoretical studies and field research through observations. We realize that there are concrete and subjective determinants that imposes structural limits and short-term professional project.

[1] Professora Associada FSS- UFJF. Doutora em Serviço Social PUC-SP. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, UFJF, Pesquisadora PQ CNPQ.
[2] Graduanda em Serviço Social/ UFJF, Bolsista de Iniciação científica CNPQ.
[3] Graduanda em Serviço Social/ UFJF, Bolsista de Iniciação científica BIC/UFJF.

Keywords: Exercise Professional; CRAS; daily life; Professional Project.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa mais ampla desenvolvida na graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, financiado pela CNPq e pela UFJF, com alunos da graduação e do mestrado em Serviço Social, coordenada por uma Profa. Dra. Pesquisadora pelo CNPq. Esta tem como tema: “Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma Análise a partir dos Assistentes Sociais”. Diversas publicações e títulos já foram conquistados pelo grupo de pesquisa através de uma analise critica do cotidiano do exercício profissional dos Assistentes Sociais nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS de Juiz de Fora.

Buscamos entender o exercício profissional do assistente social na Política de Assistência Social mais especificamente no espaço sociocupacional dos CRAS’s devido à centralidade que a Política ganhou nos últimos governos brasileiros. Entendemos sua importância e seus limites postos pela própria estrutura econômica, de contenção com gastos sociais e mortilização da divida externa. Essa centralidade foi significativa para os assistentes sociais, gerando grande absorção de mão de obra dos profissionais para esta política. E no que tange a especificidade do espaço sociocupacional é a grande importância dada aos assistentes sociais nas ações e programas desenvolvidos nos CRAS’s, centrados pela analise socioeconômica e vulnerabilidade social.

Acreditamos que seja fundamental situar o lugar que o Serviço Social ocupa na divisão sócio técnica do trabalho, assim como se torna relevante a compreensão de que vivemos um período de crise metabólica do capital, da contra reforma do Estado, que precariza as condições de trabalho de todos os trabalhadores assalariados, inclusive do assistente social, retirando da esfera pública direitos já conquistados. Estas transformações incidem sobre a forma de organizar o trabalho, nas formas de viver e também sobre os valores preponderantes na sociedade. Assim, a presente pesquisa surge das indagações colocadas pela realidade concreta, em específico o exercício profissional do assistente social na sua inserção no âmbito da política de assistência social no município de Juiz de Fora.

Nossos objetivos foram em síntese analisar o exercício profissional do assistente social, focando nos elementos que tangenciam a atuação deste profissional e do projeto ético político do Serviço Social na realidade concreta; analisar o exercício profissional do

assistente social nos CRAS de Juiz de Fora; analisar qual a concepção de profissão e de cultura com a qual trabalham os assistentes sociais. Construir as mediações com o projeto ético político profissional nos campos da assistência social e subsidiar novas pesquisas assim como a intervenção profissional dos assistentes sociais.

Não obstante a pesquisa teórica e de campo nos possibilitou uma analise critica do cotidiano profissional entendendo os determinantes concretos dos limites profissionais. É sabido que as determinações e a organização da Politica de Assistência Social e subsequente dos técnicos SUAS muitas vezes de deparam com projeto profissional dos assistentes sociais no cotidiano das instituições. No entanto procuramos nos respaldar e analisar o exercício profissional dos mesmos nos CRAS ‘s tendo como pressuposto que é na realidade concreta que o projeto profissional do Serviço Social de realiza, ou seja, considerando determinantes como a imediaticidade e heterogeneidade dentre outras características do cotidiano.

Para desenvolver a pesquisa a metodologia utilizada foi à apreensão de estudos teóricos sobre as principais categorias que guiam a pesquisa sob a ótica da teoria social de Marx e uma pesquisa de campo através de observações participantes no cotidiano dos profissionais atuantes nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Foram feitas 60 (sessenta) observações realizadas com a duração de 04 (quatro) horas cada uma. Cabe ressaltar que nossa pesquisa procurou compreender seu objeto de estudo por dados qualitativos.

Ainda nesse sentido, tendo em vista a dinamicidade da realidade concreta, as observações foram realizadas em 03 CRAS’s, de um total de 10 centros existentes no município. Sendo que para o presente artigo, serão expostas algumas observações realizadas por pesquisadoras da pesquisa em alguns centros de referência.

Semanalmente o grupo de pesquisa de graduandos e mestrandos da Faculdade de Serviço Social realizam reuniões e discutem bibliografias referentes à Assistência Social, antes de ir a campo foram feitas muitas apropriações do tema e todas as observações foram referenciadas por estudos teóricos. Atualmente o grupo avalia dados que já foram colhidos e se prepara para realizar a entrevista em profundidade

As observações nos permitiram aferir informações acerca do trabalho interdisciplinar e das atribuições privativas do assistente social, sua autonomia e sigilo profissional, suas respostas profissionais e sua atuação enquanto um mediador das classes fundamentais e sua instrumentalização teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para tais ações. Vale ressaltar que as análises destas observações ainda estão em andamento, e que as mesmas nortearão as futuras entrevistas em profundidade com os profissionais dos campos.

Assim consideramos uma serie de determinantes que influenciam no exercício

profissional. Como a dinâmica da instituição, a relação com outros profissionais e com os usuários, a autonomia do profissional, as principais demandas levadas pelos usuários de seus serviços, a condição e organização de trabalho, o entendimento que os usuários e Assistentes Sociais e outros profissionais dos centros tinham sobre a Politica Nacional de Assistência Social e proteção social básica, dentre outros.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A Política Nacional de Assistência Social

A Assistência Social como direito foi constituída a partir da Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social em 1993 (LOAS). Constituindo-se como uma das políticas do tripé da Seguridade Social, composto, também, pela saúde e previdência social. Estruturou-se pela Política Nacional de Assistência Social-PNAS em 2004 e NOB/SUAS em 2005 e tem o SUAS como organizações dos serviços sócioassistenciais.

2.2. O SUAS em Juiz de Fora

Para entender nosso objeto de estudo (o exercício profissional dos Assistentes Sociais nos CRAS's de Juiz de Fora) tornou-se indispensável compreender como se faz a efetivação do SUAS em Juiz de Fora, que por sua vez tem particularidades.

A Assistência Social é historicamente executada no município pela Associação de Apoio Comunitário-AMAC. Desde 1985 quando foi criada pela prefeitura de Juiz de Fora como órgão responsável por coordenar e executar todas as ações na área de Assistência Social. Além disso, quando criada a AMAC:

> Formou-se a partir de uma conotação híbrida", visto que juridicamente, se constitui como uma associação civil sem fins lucrativos, embora seu financiamento e sua direção estivessem diretamente vinculados à Prefeitura Municipal (Lei nº 6624 de 01/11/1984). Dessa forma, a instituição tem atuado, desde a sua criação, na coordenação e execução de ações, programas e projetos na assistência social do município (FILHO; OLIVEIRA, 2012).

A reorganização dos serviços assistenciais do município se fez apenas em 2009, com a criação da Secretaria de Assistência Social da prefeitura (atual Secretaria de

Desenvolvimento Social), que com os fundos e conselhos passou a gerir a Politica Nacional de Assistência Social, adequando-se parcialmente as normas das legislações pertinentes da Assistência Social.

A execução dos Serviços sócioassistenciais em Juiz de Fora são em sua maioria realizados pela AMAC, através de convênios coma prefeitura. Inclusive todos os níveis de Proteção Social, ou seja, Proteção Social Básica, através dos CRAS's, Proteção Social Especial de média complexidade, com os CREAS e de alta complexidade com as Casas Lar. O que é um determinante importante e influenciam no exercício profissional dos profissionais que neles trabalham. Pois trabalham com contratos temporários e extrema instabilidade e limites na autonomia de atuação. Isso porque os profissionais são contratados pela AMAC.

No entanto, não cabe aqui uma análise crítica da gestão e execução da Politica de Assistência no Município, mas é fundamental a compreensão que essa particularidade influencia no exercício profissional dos Assistentes Sociais nos CRAS's, uma vez que limitam ainda mais sua autonomia que já é relativa, gera instabilidade nas questões trabalhistas, em consequência disso os estreitos vínculos que os mesmos constroem com os usuários e a confusão que os usuários têm para compreender questão do direito e da caridade, devido às vinculações de serviço da Associação com a Política.

2.3. Análise dos Dados da Pesquisa

Como já mencionamos a pesquisa de campo foi composta de observações consecutivas. Durante 03 semanas as observações foram orientadas por um roteiro semiestruturado que tinha como eixos centrais: as condições e relações de trabalho, organização do trabalho, autonomia profissional, articulação teórico-prática.

Para este trabalho nos limitamos a analisar apenas observações de dois CRAS dos três que realizamos a pesquisa, eles foram escolhidos por conter informações comuns aos outros. Cabe ressaltar alguns dados importantes destes CRAS's, foram observadas três assistentes sociais de cada CRAS, todas as assistentes sociais são mulheres, a faixa salarial gira em torno de 03 a 05 salários mínimos, a diferença de tempo que a mais nova para a mais velha de trabalho no CRAS é de 05 anos e de tempo de formada é de 24 anos. A seguir, há uma amostra sintetizada e conclusiva dos dados pesquisados.

2.3.1. Condições e relações de trabalho

Entendendo que é na realidade concreta que se realiza o exercício profissional, que por sua vez deve haver elementos do projeto ético politico profissional, questionamos aos assistentes sociais sobre espaço físico dos CRAS's, sigilo profissional, aspecto de higiene e salubridade, relações interprofissionais entre os assistentes sociais e usuários outros assistentes sociais, profissionais de nível superior de outras áreas, equipe multiprofissional, estagiários, trabalhadores administrativos do CRAS's e coordenação.

Obtivemos respostas variadas de todas essas questões, mas todas norteadas pelo mesmo viés. Cada CRAS tem uma particularidade e as profissionais destes compartilham opiniões comuns. O Espaço físico de nenhum CRAS é apropriado e ideal de acordo com a Resolução CFESS 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas de trabalho do/a Assistente Social. Os espaços muitas vezes são sem ventilação, sala privativa do Assistente Social e sem arquivos privativos com chaves.

No que tange ao sigilo percebe-se que muitas questões como fazer atendimento as famílias, comum nos CRAS's por causa do Programa de Atendimento Individual as Famílias (PAIF), são realizados de portas abertas. As profissionais afirmaram que isso acontece por causa da pouca ventilação na sala, mas é sabido que isso dificulta o exercício profissional podendo provocar desconforto e intimidação dos sujeitos que levam suas demandas. De acordo com o Código de Ética Profissional: *"O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social teme conhecimento, como decorrência do exercício profissional".* (CFESS,1993)

Nas relações interprofissionais entre os Assistentes Sociais com os usuários, consideramos muitas questões para analise, como os limites postos pela politica e o grande número de demandas. Não consideramos que os limites postos pela cotidianidade seja um modo de explicar a pragmaticidade de muitos assistentes sociais.

Percebemos que devido à grande demanda os atendimentos tendem a serem pouco reflexivos, respondendo a demandas imediatas e não ultrapassando as questões materiais. Atividades técnicas e mecanicistas são comuns, como o

preenchimento do Cadastro Único (CADÚnico), que quando preenchidas pelo assistente social pode ser um instrumento da politica de acesso dos usuários em vários serviços, mas percebemos o pouco diálogo nestas atividades, resultando numa relação superficial, além disso, foi possível identificar outros elementos como a entonação, ultrageneralizaçao, juízo provisório precedente e analogia. As observações abaixo podem exemplificar essa relação dos assistentes sociais com os usuários que acontecem em todos os CRAS de formas diferenciadas:

> Determinada usuária, atendida pela Assistente Social 4, compareceu para atendimento agendado. A família sobrevive com a renda do BPC de uma das filhas da usuária, pois esta afirma que não consegue mais trabalhar devido a questões de saúde. A profissional informou à usuária que já vai completar 1 ano que recebe cesta básica e que é critério do programa o limite máximo de 1 ano, sendo assim, precisam definir um tempo para "restabelecimento" da família. Acordaram a permanência por mais 3 meses. A usuária disse que uma das filhas "está para separar casa" e a assistente social respondeu "então tem que dar um jeito de trabalhar né!". O atendimento foi encerrado com a profissional dizendo "é só isso viu Dona fulana, é só para fazer o acompanhamento." (Observação: Assistente Social CRAS Y).

Entendemos a imediaticidade das demandas e as determinações da politica e das instituições, mas acreditamos que com articulação da teoria e da prática, o uso da ética e a operacionalidade técnica norteada por uma teoria crítica dialética pode ser um modo de trabalho mais eficaz. Mas entendemos que existem relações de poder a autoritarismo dentro das instituições. Nas observações houveram muitas questões relacionadas a conflitos entre coordenações dos CRAS e técnicos, assim como um desconhecimento do trabalho dos outros profissionais de referência dos CRAS's como psicológicos e pedagogos. A observação abaixo exemplifica a tênue relação e autonomia que os assistentes sociais têm frente à coordenação:

> A equipe do Serviço Social tem embates com a coordenadora, discordando de muitos dos seus posicionamentos. O serviço Social tem muitas demandas e a coordenadora manda atender cada vez mais, muitas vezes prejudicando a qualidade das ações ao favorecer a quantidade de atendimentos. (Fala da Assistente Social CRAS x)

No que tange a relação com outros profissionais do CRAS's:

> A Assistente Social 2 também sinaliza uma sobrecarga de trabalho do Serviço Social e diz que "os outros técnicos SUAS e os Psicólogos quase não fazem nada, enquanto o Serviço Social está fechado na sala em atendimento, além de participar de outras atividades (reuniões, conselhos, etc.)". Relata uma indefinição do papel da psicologia no CRAS e diz que a coordenadora em seu discurso afirma que toda a equipe técnica deve fazer atendimentos de forma quantitativamente equilibrada, porém, na prática onera o Serviço Social e desonera a Psicologia e outros técnicos. (Observação: Assistente Social CRAS Y).

Entendemos que os parâmetros de atuação de Assistentes Sociais na Assistência Social[4] definem atribuições para cada técnico, e, além disso, cada um é norteado pelo seu código de ética profissional e tem um objeto de analise. O desentendimento do que é atribuição de cada um pode ser negativa a qualidade dos serviços. Percebemos que há uma dificuldade da interdisciplinaridade e uma propensão à relação de poder em todos os CRAS. Acreditamos que o trabalho em equipe e o respeito de cada técnico SUAS deve haver de forma a melhorar as relações de trabalho em prol da autonomia técnica dos profissionais e qualidade dos serviços aos sujeitos da assistência social.

2.3.2. Organizações de trabalho

A imediaticidade das demandas muitas vezes promove um pragmatismo no planejamento de trabalho dos Assistentes Sociais, mas entendemos que a suspensão do cotidiano para planejar-se e organizar-se, escolher os instrumentos e técnicas de trabalho para as particularidades das famílias e programas dos CRAS's, assim como as avaliações das ações já desenvolvidas seja um elemento fundamental na rotina do trabalho. Ainda nesse sentido, "*os instrumentos, enquanto elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa, estão vinculados a uma fundamentação teórica e a uma determinada direção ético-política, configurando-se como ferramentas para o desenvolvimento dos procedimentos exigidos no exercício profissional"* (SANTOS, SOUZA FILHO, BACKX, 2012).

Percebemos que os assistentes Sociais dos CRAS se organizam para uma vez na semana fazerem reuniões entre os técnicos nas quais avaliam e discutem casos, assim como , eles trabalham com agendas, e se organizam para fazer relatórios e documentos quantitativos para as gestões da política.

> Diante dos imprevistos e **imediatismos** do cotidiano, referendados muitas vezes em sua perpetuação pelas coordenações dos CRAS, o planejamento e a organização das atividades ficam prejudicados, ocasionando uma morosidade nas propostas de trabalho. As demandas **espontâneas** e **imediatas** necessitam sim ser atendidas, mas até para que sejam atendidas com efetividade é preciso afiançar momentos em

[4] Uma organização teórica do CFESS- Conselho Federal de Serviço Social sobre atribuições e competências dos Assistentes Sociais no espaço sociocupacional da Assistencia Social

> que mediações reflexivas possam ser garantidas. O cotidiano nos faz pensar que os momentos de reflexão (como os grupos de estudo) tomam tempo e não geram resultados (imediatos) visíveis ou concretos, nos enredando ainda mais na teia da alienação. Por isso, é importante garantir as atividades que permitem **suspensões** temporárias do cotidiano, como reuniões, grupos de estudo, capacitação, tempo para organização e planejamento do trabalho e, caso seja indispensáveldesmarcar algo, que seja garantida uma nova data, dando a devida importância a estes momentos (MENDES, 2014).

As condições de trabalho profissional são precárias com faltam de recursos matérias e físicos. Não obstante devemos considerar os poucos investimentos federal com a politica de assistência social e a particularidade da mesma em Juiz de Fora. Destacamos as relações de poder e pragmatismo nas ações profissionais. No entanto percebemos que ainda que haja vontade as determinações do cotidiano são aceitas de forma passiva, influenciando ações pragmáticas, ultrageneralizadas espontâneas, superficiais e heterogêneas.

2.3.3. Autonomia profissional

Os Assistentes Sociais são reconhecidos historicamente pela sua intervenção nas manifestações da questão social, articulando entre interesses antagônicos, que são a classe trabalhadora e as instituições empregadoras. Por isso entendemos que ele possui uma autonomia relativa. Por ser dependente da correlação de forças e ter demandas postas pelos empregadores, mas por conter atribuições privativas previstas em lei que respalda suas ações nos diversos espaços sociocupacionas.

Entendemos que na realidade dos CRAS's há condicionalidades postas pela politica, no que tange a determinações socioeconômicas no trato dos programas sociais, mas que os Assistentes Sociais ocupam um papel privilegiado nessas ações, de possibilitar dentre as muitas coisas a reflexão critica das demandas que os sujeitos levam e o acesso a informações, além de poderem fazer analises macrossociais e econômicas dos sujeitos para inserção deles em diversos espaços. Há dois movimentos complexos no exercício profissional um que expande e outra que limita a autonomia profissional, e uma resolutividade que articula estratégias profissionais.

> A condução do atendimento e a identificação de necessidades sociais, acompanhadas de uma reflexão acerca de possíveis intervenções refletem a garantia da autonomia profissional. Entretanto, a inflexibilidade dos programas federais condiciona totalmente a autonomia, impedindo a profissional de avaliar e tomar decisões semi-cotidianas que estejam mais alinhadas a realidade dos usuários do que a lógica de elegibilidade imposta pelos critérios do programa. (MENDES, 2014).

A autonomia relativa dos Assistentes Sociais expande-se e retrai-se, é condicionada pelas articulações das dimensões teórico metodológicas, ético politicas e técnico operativas, reflexão critica e fundamentada do cotidiano e construção de alternativas profissionais dentro dos limites concretos do cotidiano.

2.3.4. Articulação teórico-prática

Para finalizar, entendemos que a capacitação e especialização constante dos profissionais, que trabalham condicionados e dentro de um contexto de conservadorismo e garantia de direitos, como os assistentes sociais inseridos no espaço sociocupacional do CRAS é necessária e deva ser de forma constante. Nesse contexto procuramos saber das profissionais o conhecimento das mesmas sobre a Politica de Assistência Social, como elas relacionam as dimensões profissionais, o projeto ético-político profissional com o trabalho e a articulação dos objetivos institucionais e exercício profissional. Tendo em vista que:

> "A dimensão técnico-operativa não pode ser reduzida à questão dos instrumentos e técnicas. Ela mobiliza as dimensões teórico-metodológicas – para analisar o real e investigar novas demandas – e ético-políticas – permitindo avaliar prioridades, as alternativas viáveis para a realização da ação, bem como projetar a ação em função dos valores e finalidade e avaliar as consequências da ação –, além das condições objetivas do trabalho e as condições subjetivas dos agentes profissionais" (SANTOS, FILHO, BACKX, 2012).

Percebemos uma predominância de assistentes sociais pessimistas com a profissão e a política, que entendem a necessidade de capacitação, mas veem-se limitados pelo cotidiano de realizarem a mesma. Não observamos grandes confusões entre a profissão e a política e percebemos que eles entendem a importância do Assistente Social na mesma. As avaliações abaixo das assistentes sociais abaixo demonstram possibilidades de intervenções críticas diante condicionantes do exercício profissional:

> Temos que rever os critérios das cestas emergenciais. Acho que falta no CRAS o trabalho em rede para inclusão produtiva e possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Existem poucos recursos, bens e serviços para oferecer ao usuário. A gente trabalha muito e às vezes não vê o retorno. Às vezes não tem o movimento da família, que é quem porta o direito. São várias questões, vários determinantes que têm que ser estudados. Há uma escassez de serviços e as políticas são ineficazes. (Fala da Assistente Social CRAS Y).

A articulação teórico-prática parte do entendimento e diferenciamento da profissão e politicas politica de assistênciasocial. Ela possibilita a reflexão critica construtiva fundamentada na realidade concreta. A articulação teórica do Serviço social, com seu projeto ético politico e dimensões do exercício profissional, no exercício profissional nos CRAS's são essenciais, pois pode promover intervenções diferenciadas que tencionem a alienação da vida cotidiana.

3. CONCLUSAO

Fica apontada a necessidade de compreensão crítica do significado social da profissão, da autonomia técnica garantida pelas legislações e do desvelamento da realidade social, para que seja possível o desenvolvimento de estratégias capazes de enfrentar os limites, apreender as possibilidades e efetivar os compromissos da profissão frente ao contexto societal predominante que impõe limites estruturais e conjunturais ao projeto profissional.

Diante das particularidades da execução dos CRAS's do munícipio de Juiz de Fora fica apontado a necessidade de regularização/efetivação completa da PNAS, no que tange a gestão e execução publica da politica, visto que a rotatividade e instabilidade nos contratos trabalhistas pode ser um determinante para o exercício profissional muitas vezes não ser orientado pelo projeto ético politico profissional.

Sendo assim a pesquisa que originou este artigo, fez um estudo a partir dos Assistentes Sociais dos CRAS's repassando para os mesmos as informações a analises colhidas, com objetivo de contribuir para a implementação do SUAS em Juiz de Fora, além de contribuir ara a formação com competências teórico-metodológica, ético politica e técnico operativa dos mesmos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARROCO, M.L.S.; TERRA, S.H. **Código de Ética do Assistente Social comentado.** Conselho Federal de Serviço Social (Org.). São Paulo: Cortez, 2012. .

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/SUAS/RH).** Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social**. Brasília, 2006.

_____. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília, 2005.

_____.Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS, Brasília, 2004. 221

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social** (LOAS) - Lei nº 8742 de 07 e dezembro de 1993, publicada no DOU de 08 de dezembro de 1993. Brasília: 1993.

COELHO, M. **Imediaticidade na prática profissional do Assistente Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 493**, de 21 de agosto de 2006: Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2006.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Lei de** Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei 8662/1993). Brasília: CFESS, 1993.

COUTO, B. R; DEGENSZAJN, R. R.; YAZBEK, M. C. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** apresentando a pesquisa, problematizando a política social. Revista de Politicas Publicas (UFMA), v. especial, p. 453-460, 2012. 222

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; SILVA, M. O. S.; RAICHELIS, R. **O Sistema Único de**

FERREIRA, F.G; ROSA, F.R. **Instrumentalidade e técnicas em Serviço Social:** uma reflexão possível na atuação do assistente social nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em Juiz de Fora. Monografia de Conclusão de Curso. UFJF, Juiz de Fora, 2008.

FILHO, R. S. Apontamentos sobre o materialismo dialético. In: **Libertas**, v.2, n.2, jul/dez 2002- v.3, n. 1 e 2, jan/dez 2003, Juiz de Fora: UFJF, 2003, p. 115-130.

FILHO, R. S.; OLIVEIRA, E. A. Gestão do SUAS em Juiz de Fora: análise da estrutura burocrática. In: MOLJO, C. B.; DURIGUETTO, M. L. (Org.). **Sistema Único de Assistência Social, Organizações da Sociedade Civil e Serviço Social:** uma análise da realidade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012, p. 45-69.

GUERRA, Y. A. D. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis** (Impresso), v. 16, p. 39-49, 2013.

MENDES, D.L.P. **Serviço Social e cotidiano: reflexões sobre o exercício profissional do assistente social.** Dissertação de mestrado, pós-graduação de Serviço Social, UFJF, 2014.

_____. **A intervenção do assistente social orientada pelo projeto ético-político da profissão:** análise referenciada no CRAS Norte (Juiz de Fora - MG). Trabalho de Conclusão de Curso, Fac. de Serviço Social, UFJF: Juiz de Fora, 2009.

MOLJO, C. B. Cultura Política e Serviço Social. In: **Libertas.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, v. 4 e 5, 2008.

SANTOS, C. M.; BACKX, S.; SOUZA FILHO, R. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012, p. 15-38.

SITES PESQUISADOS

AMAC. Disponível em: http: //amac.pjf.mg.gov.br. Acesso em 11/04/2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Bolsa Família.** Disponível em: www.mds.gov.br. Acesso em 10/04/2015. BRASIL, 2014a.